

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

Projeto n.º 37834

Código da Operação: POCI-05-5762-FSE-037834

PICMNE - Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE

▪ Eixo 2 – e-SIGA: Sistema Integrado de Gestão de Atendimento:

Pretende-se desenvolver um novo sistema de informação, o Sistema de Gestão Consular (e-SGC), que permita à rede consular ultrapassar as limitações existentes e responder aos requisitos operacionais prementes e imergentes dos novos desafios que hoje se colocam.

▪ Quadro de Investimento Eixo 2:

Designação	Custo total elegível	Apoio financeiro da UE	Apoio financeiro público nacional
Novo Sistema de Gestão Consular (eSGC)	430.500,00€	245.169,75€	185.330,25€
TOTAL	430.500,00€	245.169,75€	185.330,25€

Síntese das Atividades

Pretende-se criar um instrumento que facilite tanto quanto possível a atividade dos serviços de atendimento em Portugal e no estrangeiro, evitando a duplicação desnecessária de tarefas morosas, e permitindo, simultaneamente, uma gestão mais racional e homogénea dos serviços, reforçando a capacidade de controlo e supervisão por parte dos serviços centrais do MNE.

Neste contexto, o sistema deverá ter a capacidade de interação com os sistemas centrais de emissão de documentos de identidade, de viagem, de apreciação de pedidos de vistos, de registo civil e notariado, bem como de interoperabilidade com sistemas de outros ministérios e organismos públicos, a prazo, desejavelmente, também com os da Administração local, potencializando a aplicação de princípios inovadores como o *Only Once*, com efeitos multiplicadores na qualidade dos serviços prestados em território nacional e no estrangeiro, com notórios benefícios para todos os cidadãos e as empresas portuguesas, onde quer que se encontrem.

Entre outros projetos destaca-se a generalização da marcação online dos atendimentos, ferramenta da maior utilidade para a gestão dos recursos disponíveis em função das solicitações e, por meio da sua integração com a Chave Móvel Digital, combater a apropriação ilícita com fins comerciais lucrativos de vagas de atendimento por operadores organizados.